



Mariana Froner // RS, Brasil “A ilustração busca representar o discurso e as principais ideias de Paulo Freire, que dão luz ao mundo desconhecido e invisibilizado. Com o passar do tempo, esse discurso e essa luz são multiplicados através das pessoas que tiveram contato com seus ensinamentos e seguem trocando, reinterpretando e passando suas ideias adiante.”

Trabalho de Base é Educação Popular

Eliane de Moura Martins¹

Resumo // Afirmar que trabalho de base é educação popular é antes de mais nada um dos grandes desafios a ser realizado nos marcos da celebração do centenário de Paulo Freire. O presente artigo é um convite a um exercício de balanço tanto político como metodológico das múltiplas iniciativas de trabalho de base, realizadas no movimento de massas no Brasil, desde a década de 1990. O trabalho de base tem se dado no interior de uma relação tensa, uma falsa dicotomia que refere trabalho de base como algo da prática, separado do trabalho teórico, como o das análises de conjuntura, da elaboração das linhas políticas, da leitura acercadas transformações na sociedade. Nas nossas considerações finais apontamos a necessidade de romper estas dicotomias, o que requer conceber e afirmar que trabalho de base é educação popular, porque é a pedagogia capaz de fazer a síntese entre os saberes objetivos das lutas pela vida do povo e os saberes científicos, sistematizados na história humana, a serviço da luta de classes. Ao colocar o “trabalho” como eixo central da análise do trabalho de base, torna-se necessário fazer um resgate, encontrar um fio condutor das formas populares de solidariedade e resistências necessárias a luta pela vida em uma realidade histórica de precarizações das condições de reprodução social e venda de força de trabalho. Portanto, o trabalho de base orientado pela educação popular, necessariamente identifica pontos de ruptura com experiências anteriores, que coloca a necessidade de atualização dessa prática.

Palavras-chave // Trabalho – Conhecimentos – Desimpedimentos – Educação Popular de inspiração Freiriana

1 Graduação em História, mestrado e doutorado em Sociologia pela UFRGS, integrante da Coordenação Político Pedagógica – CPP da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, militante do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos – MTD e do Projeto Popular para o Brasil.

Revisitar a caminhada na ladeira do descenso da luta de massas

Nos anos de 1980, a curva do ascenso da luta de massas no Brasil, estava em um de seus pontos mais desenvolvidos. Havia, através da educação popular de educação freiriana, uma conexão intensa entre um diverso trabalho de base, ativo nas fábricas, nos bairros, nas universidades, nas igrejas, na vida cotidiana de parte significativa da classe trabalhadora, com a linha política formulada na esquerda, que articulava as ações das lutas cotidianas táticas ao sentido estratégico do projeto democrático popular. Ao longo da década de 1980, não precisava de grandes esforços analíticos para saber que as lutas locais, tinham rumo e os “córregos” tinham a direção do “rio caudaloso” das lutas nacionais para desaguar. Além de carregar a força concreta da organização de massas, emergia de seu interior a força da mística de um processo de gestação de mudanças estruturais.

Mas, esse é o tipo de circuito que forja uma força de classes perigosa. Os inimigos de classe trabalhadora se reorganizam e nos anos de 1990, retomam com força a cena política atacando ao mesmo tempo em diferentes áreas. De fora para dentro a classe trabalhadora, deparou-se com a reestruturação da produção e com ela as relações de produção, com um desemprego em massa e a fome a miséria entraram na pauta. As ofensivas patronais e estatais, reverberam imediatamente na situação da luta de massas que estaciona e recua para a defesa, iniciando um pesada marcha de descenso, engaiolada na agenda da sobrevivência.

Abriu-se um período de ofensivas liberais da burguesia internacional, aliada com a burguesia no Brasil contra o trabalho, os direitos e o Estado recém democratizado. Os ataques vindos do inimigo vão se combinar com uma série de contradições veladas e desorganizações internas a própria classe trabalhadora. Uma das contradições foi e é a relação tensa e mal construída entre o campo da teoria e da prática, entre conhecimentos populares e conhecimentos eruditos. De um lado os “homens sábios” citando autores, textos, obras, tradições teóricas e de outro, “os homens peões” dirigentes com ensino fundamental e médio, pragmáticos tentando minimizar as perdas de suas categorias, cada vez mais enredados em suas corporações. A mesma contradição que, em anos anteriores, provocou Paulo Freire nas suas elaborações em torno da Pedagogia do Oprimido.

No interior dos setores da vanguarda da classe, prosperou relações truncadas, metástases de subdivisões, um progressivo abandono da educação popular de inspiração freiriana, condição que foi se derramando para todos os campos de

atuação. Grande parte das escolas de formação político teórica, organizativa fecharam ou se restringiram as correntes políticas, o trabalho de base teve esvaziado o seu caráter estratégico, perdendo os fundamentos de sua existência, a agenda da esquerda mergulhou no circuito fechado e cada vez mais esvaziado do calendário eleitoral. E quem seguiu prezando pela necessidade da mística, precisou aprender a criar momentos para manter viva a questão de porque se luta.

Entre ataques externos e tensões e conflitos internos, em linhas gerais a vida das organizações de esquerda, nos últimos trinta anos, regressou outra vez para dentro da gaiola, sem horizontes da luta pela sobrevivência. Se instaurou um tipo de cansaço diante da perda de forças, da falta de horizonte estratégico, do pragmatismo eleitoral. O descenso da luta de massas acumulava a perda de vínculos orgânicos, mais fracionamentos dos trabalhadores, cercados pelo trabalho de base liberal, agitando e propagando seus valores concorrenciais. Enfraquecendo a identidade coletiva, construída a duras penas em torno do, *nós trabalhadores*, ainda que aquele, *nós*, em geral, estivesse ligado a uma geração de *homens dirigentes*, a maioria migrantes do Brasil profundo, atendendo ao chamado da promessa de inclusão das grandes massas na sociedade salarial de direitos, a qual vigorou entre 1930 e 1980, com uma ditadura militar no meio e cujas contradições impulsionou as maiores lutas da segunda metade do século XX.

O, *nós trabalhadores* e suas ferramentas de organização coletiva, que contaram com importantes sínteses de intelectuais orgânicos como Florestan Fernandes e Paulo Freire, ambos em seus centenários de vida em 2020 e 2021, respectivamente, estão sendo chamados a tarefa de balanços políticos e balanço das iniciativas de trabalho de base. Os centenários destes pensadores do Brasil são ao mesmo tempo a celebração de suas trajetórias e um revisitar suas contribuições as interpretações da formação social e política do Brasil e do povo brasileiro, são convites a uma revisita e um repensar as práticas de organização e conscientização popular.

Por isso, inspirados em Florestan Fernandes e Paulo Freire, buscando (re) aprender a aplicar as categorias do materialismo histórico e dialético e da educação popular à realidade brasileira atual. A tarefa urgente é a da práxis. Por meio da teorização acerca do trabalho de base, recolocando a educação popular no seu centro, tendo como horizonte a tentativa de (re)inserção e (re)organização da classe trabalhadora. Teorizar para extrair novos conhecimentos, combinado com um contínuo balanço da caminhada feita no interior da luta de massas nestes últimos trinta anos. Extrair elementos de sínteses com o sentido de (re)orientar os passos seguintes, inclusive os que terão de ser dados em meio a travessia do atual

“pântano” do neofascismo. Essa travessia não é só difícil, como é perigosa e precisa ser feita da maneira mais coletiva e unitária possível.

Na década 90, na ladeira do descenso das lutas de massas, um conjunto de organizações do campo do Projeto Popular para o Brasil, protagonizado pelo MST, manteve como objetivo central o recolocar no centro da política, as ações de organização, formação e lutas da classe trabalhadora com o sentido estratégico de um projeto de país, onde o povo brasileiro é sujeito de sua construção. Nesses setores, mas não apenas nesse, o trabalho de base como educação popular e, as formulações de Paulo Freire, mantiveram-se vivos.

Contudo, o avanço das nossas iniciativas no meio urbano, periférico, em um contexto de transformações estruturais do capitalismo, impõe a necessidade de fazermos um balanço político e pedagógico em torno do nosso acúmulo no trabalho de base. Reflexões que nos ajudem a localizar pontos de ruptura com uma determinada lógica de trabalho popular. Que consigam avançar em novas sínteses que (re)orientem a linha político tática, metodológica e cultural, em sintonia com os objetivos estratégicos do Projeto Popular. Para atravessar essa encruzilhada, consideramos necessário que as lentes do olhar e do refletir, busquem seguir um percurso, sob o eixo estrutural das relações de trabalho.

Balanço político e metodológico das iniciativas de trabalho de base

A análise de aspectos políticos e pedagógicos das iniciativas de trabalho de base do campo do Projeto Popular nas últimas duas décadas é um exercício em aberto e também um aprendizado de como organizar e aplicar a educação popular e o método histórico dialético de análise. Para fazê-lo, é preciso sistematizar e teorizar sobre as nossas iniciativas. Aprender a reconstituir, ordenar e analisar, as iniciativas de trabalho junto ao povo, com o objetivo de construção de força social, inserido em uma totalidade. Porém nestas décadas liberais, pós-modernas a compreensão e o uso da categoria totalidade é parte das fragilidades do uso e aplicação das ferramentas teóricas.

Analisar as iniciativas de trabalho de base, na realidade brasileira, descoladas das contradições fundamentais do modo de produção capitalista e da luta de classes em um país de economia dependente e subordinada – isto é, da totalidade

aonde se realiza, é um perigo. E pode abrir caminho para uma dinâmica de julgamentos, *deu certo, deu errado, culpados*. O desafio é trabalhar as partes, articuladas e relacionadas com as leis, com as determinações e contradições inerentes ao capitalismo em uma determinada formação social. Por isso, afirmamos que o balanço sobre as iniciativas de trabalho de base precisam seguir pelo eixo da contradição capital e trabalho e seus incontáveis desdobramentos desde a produção das mercadorias, o papel do Brasil nesta produção, o seu lugar na divisão internacional do trabalho e as consequências de tudo isso sobre a vida coletiva da massa dos trabalhadores em especial sobre as frações mais precarizadas.

Partes destas leituras sobre as leis, contradições, relações do capitalismo na formação social brasileira são estudadas, revisitadas em diferentes cursos de formações nas Escolas Florestan Fernandes e Paulo Freire, em análises de conjuntura de diferentes reuniões dos movimentos, popular, sindical e partidário, em textos e cadernos temáticos dos Institutos da esquerda. Leituras que precisam ser cada vez mais sintonizadas e intencionalizadas, em meio a uma oferta gigantesca e fragmentada de leituras.

Para efeitos de situar um pano de fundo do contexto histórico onde as iniciativas de trabalho de base ocorreram é válido situar alguns aspectos gerais das transformações estruturais das relações de produção no Brasil, desde os anos de 1990. Em Alves (2011) a crise do capital emerge na política com os termos do neoliberalismo e na produção com os termos da reestruturação da produção, da revolução tecnológica, do hiper fetiche das mercadorias, das “utopias” de mercado. Termos atravessados de intensa e densa manipulação ideológica, com a tarefa de produzir a captura da subjetividade dos trabalhadores pela lógica do capital.

A captura da subjetividade, é um conceito contraditório, o capital não o ganha de maneira fácil e duradoura, requer um constante processo educativo do valor liberal da competição individual, associado a depreciação do valor da cooperação coletiva. Esse processo educativo vem sendo operado desde a escola fundamental aos níveis mais sofisticados da pós graduação. Uma educação, onde os trabalhadores precisam acreditar que *saber fazer, saber usar, saber comunicar*, diante de qualquer demanda seja no interior das fábricas, dos centros comerciais, hospitais, universidades é a chave da prosperidade.

Os trabalhadores são encorajados, integrados em coletivos e incentivados a envolverem-se de maneira participativa, pensando, colocando a sua inteligência, suas habilidades, criatividade, capacidades de comunicação de modo orgânico para encontrar soluções, para resolver os problemas da produção, circulação e

realização das mercadorias. Esse tipo de nexos, típico do toyotismo, que integra os trabalhadores com o seu processo de trabalho, recupera uma dimensão da manufatura, nexos que fora rompido por Taylor e a organização científica do trabalho e Ford, com a implementação da linha de montagem.

O fordismo, sobretudo o periférico, desligou os trabalhadores/massa, do pensar a produção em massa. Um modelo de produção altamente hierárquico, disciplinador, controlador, onde os chefes do alto reinam sobre uma massa de homens que trabalham em ritmo aniquilador, sob ordens secas, em uma atmosfera de prisão. Esses homens, por anos engendraram uma pauta por melhores condições de trabalho, de salubridades, de saúde no trabalho.

Estas economias, em Alves (2007) viveram os vinte e cinco anos dourados de crescimento do pós guerras, com suas reconstruídas indústrias, com seus mercados internos saturados de carros, eletrodomésticos e sob intensas e massivas ondas de greves, facilitadas pelo amplo convívio e concentração física dos trabalhadores fabris. Esse modelo entrou em crise desde o final da década de 1960 e começo dos anos de 1970 nas economias centrais. Crises que tensionaram e impulsionaram a abertura e criação de novos mercados, sob o modelo da acumulação flexível. Essa onda de aberturas de mercados nacionais que chega ao Brasil com Fernando Collor, e as primeiras desregulações do mercado interno e da indústria nacional começam a ocorrer, freadas apenas nos governos Lula e Dilma.

A acumulação flexível de lucros, conforme as demandas mapeadas em tempo real no mercado, requer muitos fatores, entre eles um processo de coerção e mobilização dos trabalhadores para a produção de um consentimento do empenho de sua inteligência, conhecimentos, atitudes, mas também de adesão aos valores do capital. Isso não se dá em um processo tranquilo, sem resistências, sem lutas e sem grandes proporções de adoecimentos físicos e mentais. A luta de classes não desapareceu com o desemprego em massas e com as fábricas difusas, fluidas e flexíveis, ela mudou a forma como aparece, não mais como acontecia, na realidade brasileira, nos anos de 1970 e 1980.

O capital, manobra exigências espoliativas do trabalho, desde os postos mais qualificados de categorias fabris, de bancários, dos postos de gerências, de ocupações no setor privado da saúde, da educação, mas também opera com a mesma lógica de produzir consentimentos associados as coerções nas frações informais como verifica Abílio (2015) entre as milhares de vendedoras de produtos por catálogos, entre os trabalhadores por aplicativos, uberizados. Em todas as pontas o resultado é uma aniquiladora superexploração, onde a jornada não tem limites e a

remuneração é flexível e em geral para menos a depender de atingir ou não metas espoliativas.

Condições estas assentadas em uma revolução tecnológica, que segundo Alves (2013) engendra a produção, o consumo e o fetiche da mercadoria em uma rede informacional, em plataformas de algoritmos e inteligência artificial, que otimizam, controlam, gerenciam, processos e produtos, ao mesmo tempo que descartam linhas inteiras de produtos, máquinas e força de trabalho, em um mar de lixo de mercadorias mortas pela obsolescência programada, e gente que sobra, descartadas como peças com defeitos. Essa é a base para as eliminações físicas de jovens negros nas periferias, para o encarceramento em massa de parcelas de força de trabalho, sobretudo negra e pobre, em deixar solta a pandemia, para em pouco mais de um ano, varrer mais de meio milhão de pessoas, grande parte, figurantes do desestruturado mercado de trabalho.

Manter uma aparente legitimidade desse processo, exige muitos tons de verniz ideológico, um dos mais usados desde os anos de 1990 é a agitação da ideia de que o atraso da participação competitiva do Brasil na globalização é culpa dos altos custos do trabalho, para tanto o golpe institucional de 2016. Que resolveu esse problema para a burguesia, com a operação imediata da reforma trabalhista travestidas de novas promessas de modernidade, analisadas em Krein, Oliveira e Filgueiras (2019). Outros vernizes estão presentes na teologia da prosperidade, na propaganda do empreendedor de sucesso, na pedagogia de seleção, avaliação e conteudismo bancário, descolado das necessidades da realidade da escola pública.

Educação bancária histórica, onde impera a autoridade de autoritário, das poucas e secas palavras dirigidas pelo “educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados” (Freire, 2005, p. 68). São os trabalhadores vindos do “atrasado mundo agrário” ou criados soltos nas ruas dos cortiços e periferias, na ignorância, iletrados, rebeldes, desobedientes, os quais precisam ser ensinados a obedecer às regras do jogo, em silêncio. As origens da educação do silenciamento, remontam as heranças do trabalho escravo e invisibilizada faz parecer com simples passividade política do povo.

Heranças estruturais na educação de uma hierarquia social violenta, se cruzam com renovadas ondas de agitação e propaganda burguesas, dirigidas a massa da força de trabalho, para fazê-la crer, que o seu portfólio competitivo é de sua responsabilidade e que dele depende apenas os seus investimentos pessoais. Este será o seu passaporte para o pódio, desde que não cesse sua formação profissional

aventada como ininterrupta, para poder acompanhar as inovações, a polivalência e alcançar a empregabilidade exigente em força de trabalho atualizada, moderna, flexível, multifuncional. São véus ideológicos para esconder um problema estrutural que em Krein, Oliveira e Filgueiras (2019), trata-se da incapacidade de o sistema capitalista em absorver a massa da força de trabalho via o assalariamento com proteções sociais.

Em Pochmann (2020) a desestruturação da economia de base industrial, com ocupações massivas, concentradas, contínuas com condições de tempo e espaços de socialização, portanto com condições de criação de vínculos, pertenças, reconhecimentos e organizações coletivas, transitou para ocupações em uma economia agrominerioexportadora e ao setor dos serviços, com 4/5 das ocupações no mercado de trabalho, instáveis, rotativas, descontínuas, uberizadas. Desestruturadas as ocupações, desestruturaram-se as relações sociais no mundo do trabalho, os espaços e tempos de contato, de encontro, de conhecer quem é quem. Quem é trabalhador, quem é “malandro, picareta”, quem se escora no trabalho, quem é sério, honesto, quem é amigo e companheiro, ou em outras palavras em quem se pode ou não confiar, um afeto básico para as construções de relações sociais, base para constituir força social e política.

Essas camadas de verniz ideológico mal conseguem disfarçar todas estas desestruturações e suas transformações no interior do problema estrutural (da atual incapacidade objetiva de absorver a massa de força de trabalho, via assalariamento nesse modelo produtivo), nesse modelo de gestão da base tecnológica, completamente a serviço da acumulação flexível. As consequências desse problema no Brasil é o cerco na gaiola da luta pela sobrevivência de cerca de 60 milhões de pessoas, subutilizadas, não utilizadas e em muitos casos descartadas.

Com estes “contornos” do contexto neoliberal da reestruturação da produção, seguidos da desestruturação do mercado de força de trabalho nacional, tem-se um pano de fundo da ladeira por onde caminhou as diferentes iniciativas de trabalho de base do campo do projeto popular, nos grandes centros urbanos do país.

Caminhou, buscando organizar em movimentos populares, inspirados nas lutas agrárias, formas de organizar lutas com os desempregados, trabalhadoras e trabalhadores informais, precarizados, o contingente da “viração”, conforme Abílio (2017). O chão estável de fábrica de certo modo se transferiu para o chão do local da moradia, por ser um dos poucos espaços de relações mais estáveis. Desde esse disputado chão, as pautas circundaram as demandas da reprodução social, seja via

acesso ao trabalho, emprego e renda, ou via lutas pelo direito à moradia, a alimentação, saúde, educação e cultura.

Dessa caminhada no interior do descenso da luta de massas, entre frações da força de trabalho lutando pela sobrevivência, a palavra síntese de balanço é *descontinuidades*, tanto no campo da política como na pedagogia da educação e organização do povo. A primeira descontinuidade é razoável, porque as iniciativas organizadoras de trabalho de base nos grandes centros urbanos, fracassaram ao copiar ou tentar replicar o mesmo método empregado no movimento da luta pela terra, com acampamentos de lona preta, nucleações, setores, coordenações.

Em pouco tempo, ficou explícito que tentar esse nível de controle dos territórios seria a condenação a morte de militantes. Os territórios estavam sendo rapidamente ocupados por forças da direita, com suas estruturas partidárias ocupando associações de moradores, com um nascente terceiro setor composto com ongs de cariz assistencial e por forças obscuras e predatórias dos poucos recursos econômicos locais e recrutadoras da sobrança força de trabalho masculina, sobretudo jovem, desamparada econômica e simbolicamente de seu status de poder, sem a retaguarda do salário.

Não sendo esse formato, esse modelo, essa tradição de organicidade, então qual seria? Essa questão, passou a engendrar uma dinâmica marcada por uma *lógica de iniciativas* com militantes, na maioria jovens, em suas primeiras experiências de trabalho de base, sem o domínio de leituras desta realidade em ebulição, sem apropriação de um ferramental teórico metodológico de trabalhos políticos e educativos.

Algumas iniciativas se organizaram a partir da reunião de esforços e desprendimentos, poucos recursos e militantes com disposição de ir ao encontro, de ir lá nas periferias, *levando uma pauta* de lutas um modelo de organização já desenhado. Outras iniciativas de organizar movimentos semelhantes, mas com identidades diversas em nível nacional, frentes de articulações, campanhas, plebiscitos, assembleias populares, *não gerou o necessário grau de coesão* de uma coluna de dirigentes e militantes em torno de uma perspectiva estratégica unificadora. As iniciativas aqui e lá, apesar de semelhantes não encontraram um leito comum *de análise da realidade* brasileira atual e conseqüentemente de *interpretação dialética* das atuais condições de reprodução social e venda da força de trabalho da classe trabalhadora, das suas demandas, da sua pauta, desde suas próprias palavras. Assim como foram marcadas por uma lógica de descontinuidade.

Sem maiores coesões no pequeno número de militantes mobilizados para esta tarefa, atuando “aqui e lá”, sem maiores métodos de acompanhamento político, sem uma prática coletiva e minimamente rigorosa de registros, de elaboração de sínteses, sempre com poucos recursos, fizeram com que as experiências concretas pelejassem no passo da inserção de militantes nos territórios, em geral sem condições de remanejá-los, deslocá-los e fixá-los, com agendas de visitas, passadas, reuniões quinzenais nos melhores cenários, para manter a vida de pequenos núcleos de base.

Lembrando que isto ocorre em meio ao descenso da luta de massas, em meio ao desemprego estrutural - com um breve folego entre os governos do PT - que não barrou a onda de agitação dos valores neoliberais, ao contrário acentuou a meritocracia via o acesso as universidades ser mantido na chave de leitura do esforço pessoal para passar no vestibular. Em que se acentua a desconstrução de pertencas e vínculos coletivos, através da antipropaganda aos partidos políticos, de sindicatos e associações de trabalhadores, fragilizando ainda mais o desgastado tecido social.

Em síntese, o campo do Projeto Popular para o Brasil, insistiu, perseguiu o desafio de trilhar o caminho de um trabalho de organização popular e é essa caminhada, com suas *descontinuidades, dispersões, com sua lógica de iniciar ações, levando pautas, calendários e modelos orgânicos prontos* que torna possível uma reconstituição do feito. E não é pouco ter algo para reconstituir. Reconstituir uma caminhada desta natureza em uma linha do tempo com estes contornos, para ressignificá-los, extraindo deles um tipo de conhecimento imprescindível para a luta de classes. A saber, o conhecimento acerca de como qualificamos o nosso trabalho pedagógico e político, tendo a educação popular como eixo, em um contexto de reorganização da classe trabalhadora brasileira.

Notas sobre os pontos de ruptura e ressignificação da lógica de trabalho de base

A primeira ruptura é com a lógica de descontinuidades que reforça o campo das fragmentações que alimentam toda a sorte de alienações. Para isso, faz-se necessário perseguir uma transição para uma significação de uma dinâmica

processual, ou seja, planejada no interior de um debate sobre o caráter estratégico do trabalho de base, concebido como parte dos objetivos estratégicos de um projeto de transformações estruturais que compreende o povo como sujeito histórico.

Com base nesse pressuposto uma *segunda ruptura* é com o frágil e sempre inicial processo de *inserção* nos territórios. É preciso revê-lo, de sua aparência simples, onde pareceria fácil inserir um grupo de militantes com alguns contatos, uma pequena agenda de visitas e pronto. É só começar a se integrar. Porém, a inserção na verdade é algo difícil, sensível e até provisório. O começar a inserção de “um corpo estranho” em um grande território, com milhares de pessoas, com múltiplas situações sociais e histórias individuais, misturadas as inseguranças, medos e sonhos, não tem se revelado algo tão simples.

O passo inicial da inserção e leitura da realidade, precisa ser aprofundado, assim como o passo da vinculação para o enraizamento. O trabalho de inserção ressignificado, precisa cunhar ferramentas metodológicas de como proceder com a tarefa de ler e interpretar a realidade em contradição, em movimento. Para tal, a fase de inserção precisa contar com métodos comuns de registros para (re)construir uma espécie de inventário da leitura da realidade territorial, desde a história, da vida econômica, das origens e constituições das forças políticas e suas relações locais.

Ainda no sentido da *ruptura com análises superficiais da realidade*, faz-se formular uma espécie de “censo” dos tipos e formas de ativismos vivos nos territórios, com uma espécie de treino de preparo do olhar e do ouvir, para compreender as falas, as meias falas, as falas invertidas que aparecem como sim, mas significam não e os silêncios do povo ao interpretar suas condições de vida, de trabalho, suas percepções políticas, suas relações de desconfiança, de confiança, de empatia, solidariedade, de pensar, agir e reagir e não menos importante seus sonhos e esperanças. Aprender a mapear as armadilhas e os fatores que o prendem “no modo passivo” desde os efeitos físicos e mentais da desregulada jornada de trabalho e suas implicações em não haver tempo, nutrição, sono, repouso para refazer a vitalidade da força do ser humano. Localizar as diversas implicações da política do medo, desencadeada através da cascata de controles e repressões desde a polícia, a milícia, os traficantes, os patrões, os pastores.

Os apontamentos para rupturas de lógicas e de culturas de trabalho de base que não tem conseguido ser consequentes com os próprios princípios da educação popular, fazem parte de um esforço de transição de um modelo de análise dicotômico e fragmentado de leitura da realidade. Isto implica em aprender a trabalhar

a relação entre as partes e a totalidade em suas contradições em seus movimentos, capaz de resultar em conhecimentos seja dos problemas concretos, das brechas de formas de resistência, de rebeldia popular latentes.

Nesta transição, faz-se necessário a introdução de uma prática e uma cultura de planejamento de curto, médio e longo prazos, associada a uma prática política e pedagógica de acompanhamento e formação, sistemática da e com a militância inserida. Tanto o método de planejamento como o de acompanhamento precisarão ser capazes de integrar uma política de recrutamento de novos militantes, em especial do meio do povo e de setores menos precarizados e mais profissionalizados da classe trabalhadora.

No interior destas rupturas e transições, também é fundamental a adoção constante de sistematização das práticas, ou seja, de teorizá-las, escrevendo-as reconstituindo-as, ordenando-as, superando a cultura dos relatos da oralidade, para tornar possível a percepção de novas categorias de análise, produzindo e atualizando novas sínteses políticas tanto para a batalha das ideias, como sínteses organizativas e metodológicas adequadas as atuais condições de vida e trabalho das massas trabalhadoras, mas que propiciem um caldo político e cultural que aprofunde a lutas de classes.

Considerações finais, afirmações em meio a travessia do pântano

Trabalho de base é educação popular é a principal síntese a ser afirmada desde os pontos de balanço, rupturas e ressignificações escritos acima. Porque desde o Manifesto Comunista, de 1848 há que se haver com a chave de análise de que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”, que aparecem de diferentes formas em diferentes épocas, ora “uma guerra, ora aberta, ora disfarçada” e emaranhada em formas políticas, religiosas, jurídicas, artísticas ou filosóficas, ou seja, formas ideológicas, onde a classe trabalhadora nem sempre toma consciência das dimensões do conflito, porque emergem dissimuladas, veladas, com personagens da política em legendas partidárias, programas e projetos políticos que não aparecem como correspondentes as suas respectivas classes.

A consciência de classe oposta aos patrões, por parte dos trabalhadores, é parte de intenso e duro processo de reconhecer-se oprimido, explorado, coagido e

em grande medida subjugado. Não é simples a desalienação, ela exige uma certa estrutura de estima pessoal e social para equilibrar nesse espaço tempo de reconhecer-se nesse lugar rebaixado, porém construído historicamente, portanto mutável.

Mas as mudanças, profundas estruturais nessa quadra histórica da guerra total, exigem na contraofensiva da classe trabalhadora um bom grau de organização e consciência e ambas são construções sociais relacionais. E aqui há dois graus de tensões relacionais a serem enfrentadas com firmeza e delicadeza.

A tensão oriunda da falsa dicotomia que separa o trabalho de base como algo da prática, de tarefas associadas a militância mais jovem, do trabalho teórico, como o da produção das análises de conjuntura e da elaboração das linhas políticas. A origem dessa tensão não é algo novo, foi emulada no período do trabalho no modelo fordista, assentado na cascata de hierarquias, o que produziu uma certa equivalência na esquerda, nos birôs e secretários gerais dos partidos comunistas, que emanavam a política a ser consumida pela militância. Essa dinâmica está em seus estertores finais, diante das exigências de espaços políticos feito pelas mulheres, negras, negros, jovens, LGBTQI+, ambientalistas, grupos de diferentes matrizes religiosas, todos trazendo para o centro dos debates a heterogênea classe trabalhadora. Denunciando o quanto o sistema precisa manter uma estrutura de desigualdade, hierarquias, sobrevalorizações, desqualificações, invisibilidades para operar com a superexploração, a coerção a extração de consentimentos espúrios.

Essa falsa contradição ainda atravessa e confunde um circuito de concepções que deve ser compreendido de forma indissociável, ou seja, só é possível que ocorra trabalho de base, quando este é parte intrínseca de uma elaboração política estratégica que lhe dá rumo e o sentido de para onde ir e, portanto, expressa parte das linhas políticas táticas de um determinado campo político, que fundamenta com base na sua formulação estratégica não só trabalho de base mas o conjunto das tarefas, seja no campo da formação, das comunicações, na agitação, das articulações nacionais e internacionais. E esse circuito articulado e em movimento fundamenta um campo simbólico da mística porque reconecta as dimensões de processualidade, as memórias dos processos anteriores com o presente e inspira um horizonte de futuro.

Como desdobramento desta contradição maior entre teoria e prática, que denuncia entre outras coisas a ausência de uma práxis emerge o conflito do encontro tenso entre um perfil de militantes de “leva ao povo” sua bagagem de leituras científicas do mundo, sua visão política e ideológica e se esquece de observar que o povo também tem seus saberes, empíricos, pragmáticos, suas visões de mundo,

de “senso comum, mágicas”. Quando esse encontro, não estabelece as pontes da escuta, da conversa, da observação atenta, ninguém se escuta direito, nem se entende o que um e outro falam.

Nessa chave o “namoro” entre a militância e o povo é lento, desconfiado, cada um quer saber o que o outro pensa, e um jogo de pequenas vantagens e trocas pode emergir. Nesse caso é a militância que precisa distensionar esse encontro, quem vai ao encontro com o outro em tese deve estar mais preparado para tecer a relação, ouvir e compreender como as pessoas leem o mundo, não julgá-la e ainda convidá-la, cativá-la, envolvê-la em um movimento de reler o mundo, problematizando-o, desmontando-o e remontando-o com as pessoas. Aqui entram os conhecimentos que vem de fora, os saberes científicos, sistematizados na história humana, a serviço da luta de classes.

Aqui trabalho de base é educação popular, quando rompe estas dicotomias, quando produz novas sínteses desde o encontro entre os diferentes saberes populares e científicos. É a humanização em Freire (2003) em meio a delicada desalienação em meio a barbárie histórica, em meio ao mutismo, o assistencialismo passivo, a domesticação dos corpos que vivem de vender força de trabalho. É em meio ao pântano, trabalhar na pedagogia da desobstrução da estima, da confiança, do potencial político do povo brasileiro fazer emergir as suas palavras de possibilidades de futuro, fortalece-las, encadeá-las, nacionaliza-las em milhares de Círculos Populares, até que se tornem um grito furioso de libertação nacional. Um grito de rompimento com todas as cercas que proíbem e impedem um trabalho de criação de possibilidades de um projeto de futuro, de um futuro a um povo reprimido, coibido, coagido em suas aspirações em seu potencial revolucionário.



Referências bibliográficas

ABÍLIO, Ludmila C. **Sem maquiagem**: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos. São Paulo, Boitempo Editorial, 2015.

_____. **Uberização do trabalho**: subsunção real da viração. Site Passapalavra/ Blog da Boitempo. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/> [Links], 2017.

ALVES. Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho** ensaios de sociologia do trabalho. Bauru, Projeto Editorial Práxis, 2013.

_____. **Trabalho e Subjetividade** o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

_____. **Dimensões da reestruturação produtiva** ensaios de sociologia do trabalho. Bauru, Projeto Editorial Práxis, 2007.

FREIRE, P. (2003). **Educação e atualidade brasileira**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire.

_____. (2005). **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Freire, P. (2009). **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KREIN. José Dari; OLIVEIRA. Roberto Vêras de; FILGUEIRAS. Vitor Araújo (org.). **Reforma Trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

POCHMANN. Márcio. **Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, 25(1): p. 89-99, 2020.